



Sumário

Língua Portuguesa

1. Compreensão e interpretação de textos	1
2. Tipologia Textual.....	16
3. Ortografia oficial.....	36
4. Acentuação gráfica	51
5. Emprego das classes de palavras	59
6. Emprego do sinal indicativo de crase.....	139
7. Sintaxe da oração e do período	147
8. Pontuação.....	175
9. Concordância nominal e verbal.....	184
10. Regência nominal e verbal.....	206
11. Significação das palavras	219
12. Redação de correspondências oficiais.....	228

Língua Estrangeira

LÍNGUA INGLESA: 1. Compreensão e interpretação de textos; 2. Tipologia Textual; 3. Conhecimento vocabular; 4. Tempos verbais; 5. Preposições; 6. Numerais	1
LÍNGUA ESPANHOLA: 1. Compreensão e interpretação de textos; 2. Tipologia Textual; 3. Conhecimento vocabular; 4. Tempos verbais; 5. Preposições.....	40

Estatística Básica

1. Conceitos: População, censo, amostra, experimento aleatório, variáveis e atributos, variáveis aleatórias discretas e contínuas, normas para apresentação tabular de dados;	1
2. Organização de dados estatísticos;	15
3. Medidas de posição;	32
4. Medidas de dispersão.	48

Conhecimentos de Informática

1. Conceito de internet e intranet.	1
2. Conceitos básicos e modos de utilização de tecnologias, ferramentas, aplicativos e procedimentos associados a internet/intranet.	15
3. Conceitos de proteção e segurança.....	15
4. Procedimentos, aplicativos e dispositivos para armazenamento de dados e para realização de cópia de segurança (backup).	49
5. Conceitos de organização e gerenciamento de arquivos, pastas e programas, instalação de periféricos.....	61
6. Principais aplicativos edição de textos e planilhas.	81

Direito Constitucional

1. Direito Constitucional: natureza, conceito e objeto. Perspectiva sociológica, política, jurídica; fontes formais; concepção positiva.	1
2. Constituição: sentido sociológico; sentido político e jurídico: conceito, objetos e elementos.	3
3. Classificações das constituições: constituição material e constituição formal, constituição-garantia e constituição-dirigente, normas constitucionais.	9
4. Poder constituinte: fundamentos do poder constituinte, poder constituinte originário e derivado, reforma e revisão constitucionais, limitação do poder de revisão, emendas à Constituição.	10
5. Controle de constitucionalidade: conceito; sistemas de controle de constitucionalidade. Inconstitucionalidade: inconstitucionalidade por ação e inconstitucionalidade.	19
6. Fundamentos constitucionais dos direitos e deveres fundamentais: direitos e deveres individuais e coletivos; direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, direitos sociais, nacionalidade, cidadania e direitos políticos, partidos políticos, garantias constitucionais individuais, garantias dos direitos coletivos, sociais e políticos, remédios do Direito Constitucional;	29
7. Poder Legislativo: fundamento e garantias de independência, conceito, objetos, atos e procedimentos;	86
8. Poder Executivo: forma e sistema de governo; chefia de Estado e chefia de governo; atribuições e responsabilidades do presidente da República;	121
9. Poder Judiciário: disposições gerais, Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça, tribunais regionais federais e juízes federais, tribunais e juízes dos estados funções essenciais à justiça;	134
10. Defesa do Estado e das instituições democráticas: segurança pública e sua organização;	163
11. Ordem social: base e objetivos da ordem social, seguridade social, educação, cultura e desporto, ciência e tecnologia, comunicação social, meio ambiente, família, criança adolescente e idoso.	170

Direito Administrativo

1. Estado, governo e administração pública: conceitos, elementos poderes e organização, natureza, fins e princípios.	1
2. Direito Administrativo: conceito, fontes e princípios.	13
3. Organização administrativa: centralização, descentralização, concentração e desconcentração, organização administrativa da União, administração direta e indireta.	21
4. Agentes públicos: espécies e classificação, poderes, deveres e prerrogativa, cargo, emprego e função públicos, regime jurídico único: provimento, vacância, remoção, redistribuição e substituição, direitos e vantagens, regime disciplinar responsabilidade civil, criminal e administrativa.	37
5. Poderes administrativos: poder vinculado, poder discricionário, poder hierárquico, poder disciplinar; poder regulamentar; poder de polícia, uso e abuso do poder.	85
6. Ato administrativo: conceito; requisitos, perfeição, validade, eficácia, atributos, extinção, desfazimento e sanatória, classificação, espécies e exteriorização, vinculação e discricionariedade. ...	96
7. Serviços públicos, conceito, classificação, regulamentação e controle, forma, meios e requisitos, delegação: concessão, permissão, autorização;	112
8. Controle e responsabilização da administração: controle administrativo; controle judicial, controle legislativo, responsabilidade civil do Estado.	125

Direito Penal

1. Princípios constitucionais do Direito Penal.....	1
2. A lei penal no tempo; 3. A lei penal no espaço.....	8
4. Interpretação da lei penal.....	22
5. Infração penal: elementos, espécies; 6. Sujeito ativo e sujeito passivo da infração penal.....	24
7. Tipicidade, ilicitude, culpabilidade, punibilidade	28
8. Excludentes de ilicitude e de culpabilidade	34
9. Erro de tipo; erro de proibição.....	46
10. Imputabilidade penal.....	51
11. Concurso de pessoas	51

12. Crimes contra a pessoa	57
13. Crimes contra o patrimônio	96
14. Crimes contra a administração pública	131

Direito Processual Penal

1. Princípios norteadores do Processo Penal, conceituação e lei adjetiva;	1
2. Princípios Processuais Penais, das partes; da jurisdição e competência, do Habeas Corpus;	8
3. Das Questões e Processos Incidentes, Suspeição, Incompetência de juízo, Litispendência, ilegitimidade de parte.	35
4. Do Processo em Espécie, do Processo Comum, da instrução criminal, da pronúncia, impronúncia, absolvição sumária, do Processo Sumário, do Processo Sumaríssimo, do Processo e Julgamento dos Crimes de responsabilidade dos funcionários públicos, dos processos de competência do Tribunal do Júri, do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais de Apelação, Procedimento da Lei de abuso de autoridade;...	54
5. Nulidades, Noções gerais, Princípios básicos das nulidades, Nulidades em espécie, Momento para a arguição das nulidades.	99

Direito Penal Militar

1. Aplicação da Lei Penal Militar;	1
2. Crime, imputabilidade penal, concurso de agentes;	6
3. Penas, medidas de segurança;	12
4. Ação penal, extinção da punibilidade.	23
5. Crimes contra a segurança externa do país, contra a autoridade ou disciplina militar, contra a pessoa, o patrimônio e incolumidade pública, contra administração militar e a justiça militar.	26

Direito Processual Penal Militar

1. Da lei de Processo Penal Militar e da sua aplicação;	1
2. Da polícia Judiciária militar.	3
3. Do Inquérito Policial Militar;	5
4. Da ação penal militar e do seu exercício;	12
5. Do processo penal militar em geral: Do processo. Do juiz, auxiliares e partes do processo: Do juiz e seus auxiliares; do juiz; das partes; do acusador; do acusado, seus defensores e curadores; Da denúncia; Do foro militar; Competência: Da competência em geral; da competência pelo lugar da infração; da competência pelo lugar da residência ou domicílio do acusado; da conexão ou continência; da competência pela prerrogativa do posto ou da função;	14
6. Dos incidentes: das exceções em geral; da exceção de suspeição ou impedimento; da exceção de incompetência; da exceção de litispendência; da exceção de coisa julgada; do incidente de insanidade mental do acusado; do incidente de falsidade de documento;	27
7. Das medidas preventivas e assecuratórias: da busca; da apreensão; da restituição; das providências que recaem sobre as coisas; das providências que recaem sobre as pessoas; da prisão provisória; da prisão preventiva; da prisão preventiva; do comparecimento espontâneo; da menagem; da liberdade provisória; da aplicação provisória de medidas de segurança;	33
8. Da citação, da intimação e da notificação;	51
9. Dos atos probatórios: disposições gerais; da qualificação e do interrogatório do acusado; da confissão; das perguntas ao ofendido; das perícias e exames; das testemunhas; da acareação; do reconhecimento de pessoa e de coisa; dos documentos; dos indícios;	54
10. Do processo ordinário: da instrução criminal; da prioridade de instrução da polícia e ordem das sessões; do início do processo ordinário; da instalação do conselho de justiça; da qualificação e do interrogatório do acusado; do comparecimento do ofendido; da revelia; da inquirição de testemunhas, do reconhecimento de pessoa ou coisa e das diligências em geral; da sessão do julgamento e da sentença;	67
11. Dos processos especiais: da deserção em geral; do processo de deserção de oficial; do processo de deserção de praça com ou sem graduação e de praça especial.	79

Direitos e Garantias Fundamentais

1. Declaração Universal dos Direitos Humanos, Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948;	1
2. Declaração sobre a eliminação de todas as formas de intolerância e discriminação fundadas na religião ou nas convicções, proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas a 25 de novembro de 1981, Resolução 36/55;	13
3. Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher, adotada e aberta à assinatura, ratificação e adesão pela Resolução 34/180, da assembleia Geral das Nações Unidas, de 18 de dezembro de 1979.	16
4. Lei nº.11.340/2006, de 07/08/2006 (Lei Maria da Penha);	27
5. Convenção das Unidas Sobre os Direitos da Criança; Adotada pela assembleia Geral das Nações Unidas em 20 de novembro de 1989; Resolução nº 44/25;	39
6. Lei nº. 8.069/1990, de 13/07/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);	54
7. A Convenção internacional sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial, adotada pela assembleia Geral das Nações Unidas, em 21 de dezembro de 1965, entrando em vigor em 4 de janeiro de 1969; ratificada pelo Brasil, em 27 de março de 1968; Adotada pela resolução 2106ª.....	108
8. Decreto nº. 4.738, de 12 de junho de 2003, promulga a Declaração Facultativa prevista no art. 14 da CIEFDR, reconhecendo a competência do Comitê Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial para receber e analisar denúncias de violação dos direitos humanos;	120
9. Lei 10.741/2003, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso);	121
10. Decreto nº. 98.386/1989, de 09/11/1989, promulga a Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a tortura;	139
11. Decreto nº. 3.956/2001, 08/10/2001, promulga A Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Pessoas Portadoras de Deficiência;	143
12. Decreto nº. 3.298/99, de 21/12/1999, que regulamenta a Lei 7.853, de 24 de outubro de 1989 (Estatuto das Pessoas com Deficiência);	147
13. Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, Adotada pela Resolução 39/46, da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 10 de dezembro de 1984.....	161
14. Lei nº. 9.455/1997, de 07/04/1997, define os crimes de tortura e dá outras providências.	174

Legislações pertinentes aos militares do Estado de Pernambuco

1. Lei 11.817, de 24 e julho de 2000 (Código Disciplinar dos Militares do Estado de Pernambuco): Dos princípios gerais do regime disciplinar, Da esfera de ação e da competência para aplicação, Das transgressões disciplinares militares, Dos recursos disciplinares e das comissões recursais;	1
2. Lei 6.783, de 16 de outubro de 1974 (Estatuto dos Militares do Estado): Da hierarquia e disciplina, Do cargo e da função PM/BM, Das obrigações PM/BM, Dos direitos e das prerrogativas dos PM/BM, Das situações especiais, Do desligamento ou exclusão do serviço ativo, Do tempo de serviço	7